

# Saber Militar e Marxismo

[1\*]

## Leão Trotsky

8 de Maio de 1922

---

**Primeira** Edição: .....  
**Fonte:** Problemas da Guerra Civil, Antídoto, 1977  
**Tradução** de: .....  
**Transcrição** de: Alexandre Linares  
**HTML de:** [Fernando Antônio de Souza Araújo](#), novembro 2005.  
**Direitos de Reprodução:** [Marxists Internet Archive](#) (marxists.org), 2005. A cópia ou distribuição deste documento é livre e indefinidamente garantida nos termos da GNU Free Documentation License

---

## I – Introdução

Permitam-me declarar aberta a reunião da Associação Científica-Militar – a 518, segundo acabam de me dizer.

O tema da nossa discussão de hoje será o lugar do saber e da habilidade militares no sistema dos conhecimentos humanos em geral. Reconheço, antes de mais, que a responsabilidade da iniciativa desta discussão me cabe pessoalmente em grande parte. Não porque considere que este problema complexo, abstrato, teórico e filosófico – no melhor e – no pior sentido dos termos – é o mais urgente e atual da nossa instrução militar, mas tive a impressão de que estas questões se nos impunham, a par com a evolução ideológica e com certa luta teórica nas altas esferas do nosso exército.

Numa das nossas publicações, bastante próxima da nossa Associação, li dois artigos [1], um dos quais demonstrava que a ciência militar não podia ser edificada segundo os métodos do marxismo, que era impossível utilizá-los para resolver os seus problemas particulares, uma vez que a ciência militar faz parte das ciências naturais. Este artigo era acompanhado dum outro, polêmico-crítico, que exprimia sem dúvida mais de perto o ponto de vista da redação.

Neste, pelo contrário, tratava-se de tentar provar que os métodos do marxismo eram métodos científicos universais e que, por conseguinte, a sua competência se estendia igualmente à ciência militar. Peço desculpa mais uma vez, mas pessoalmente creio que ambas as opiniões são falsas: a ciência militar não pertence à categoria das ciências naturais, porque nem é "natural", nem é "ciência". Talvez a discussão de hoje nos aproxime um pouco mais do fundo do problema.

Mas, mesmo que admitamos que a "ciência militar" é uma ciência, não podemos de modo algum admitir que ela possa ser construída por métodos marxistas; porque o materialismo histórico não é um método universal para todas as ciências. Este é um enorme erro que me parece acarretar as mais nocivas conseqüências. Podemos com êxito dedicar-nos durante toda a nossa vida aos assuntos militares, sem nunca refletir sobre os métodos teóricos do conhecimento dos assuntos militares – tal como podemos olhar todos os dias para o relógio, ignorando o seu mecanismo interior e a disposição das suas molas e engrenagens. Conhecendo os algarismos e o movimento dos ponteiros sobre o mostrador, não corro o risco de me enganar. Mas, se não me sentir satisfeito com o movimento dos ponteiros sobre o mostrador e se quiser falar da estrutura do relógio, devo conhecê-la como deve ser; e não há qualquer lugar para incluir coisas da minha lavra.

Numa outra discussão (a propósito da doutrina militar unitária), já me referi a um episódio da vida de Guéorgui Valentinovitch Plekhanov [\[1N\]](#) – o primeiro cruzado do marxismo na Rússia, homem de inteligência rara e altamente dotado. Quando notava que alguém opunha os problemas do materialismo filosófico e histórico ou, pelo contrário, os confundia – Plekhanov protestava violentamente. O materialismo filosófico é uma teoria que está na base das ciências naturais, ao passo que o materialismo histórico explica a história da sociedade humana. O materialismo histórico é um método que não explica todo o universo, mas sim um grupo estritamente definido de fenômenos que condicionam o desenvolvimento do homem histórico. O materialismo filosófico explica o movimento do universo enquanto mudança e transformação da matéria e leva o seu raciocínio até às "mais altas" manifestações do espírito. Ser politicamente, marxista sem conhecer o materialismo histórico é difícil, para não dizer impossível. Ser politicamente marxista e não conhecer o materialismo filosófico é possível – e há tantos exemplos destes quantos quiserem...

E, quando algum marxista (chamado, outrora, "social-democrata") divagava pelo domínio da filosofia e começava a confundir tudo, o defunto Plekhanov atacava-o sem piedade. Quantas vezes lhe disseram: "É um jovem, Guéorgui Valentinovitch não teve tempo de estudar filosofia, combatia na clandestinidade..." Mas, Plekhanov respondia, aliás com toda a razão: "Se não sabe, que se cale. Ninguém o obriga a falar... O nosso programa não prevê que um social-democrata tenha de ser um apaixonado do materialismo filosófico. É preciso ,que seja um membro ativo do partido, um combatente corajoso pela causa da classe operária – mas, quando uma pessoa se aventura no domínio da filosofia, não deve confundir tudo". E erguia-se em toda a sua estatura, tomando na mão a sua maravilhosa pena polêmica. Se folharmos a história do partido, veremos que numerosos são aqueles que ainda mostram os seus vestígios.

No domínio da filosofia militar, considero que devemos seguir a boa tradição do defunto Plekhanov. De modo algum somos obrigados a tratar de questões ditas "gnosiológicas"; "teórico-cognitivas" ou filosóficas; mas se acontece que já nos preocupamos com elas, não devemos confundir nada nem comprometer-nos num ou outro domínio com armas inadequadas, esforçando-nos por aplicar diretamente o método marxista aos assuntos militares, no sentido mais estrito do termo (e não na política militar). Esforçar-se por edificar um domínio militar especial, através do método marxista, constitui o maior dos erros, que em nada cede à tentativa de incluir o saber militar no domínio das ciências naturais. Se não me engano; os representantes destas duas tendências preparam-se para tomar hoje a palavra; explicarão sem dúvida melhor do que eu as suas idéias – e depois discutiremos.

Não penso, camaradas, que cheguemos hoje à mínima solução geral e obrigatória desta questão. Mas, se conseguirmos clarificar certas coisas e se se impuser a conclusão de que temos de ser mais prudentes quanto à utilização direta do marxismo nos domínios particulares da criação, já não será mau. Toda a gente sabe que com a nossa "doutrina militar" – um tanto ligada à discussão atual – andamos principalmente em círculos e emitimos as opiniões mais diversas; não penso, contudo, que por isso nos tenhamos enriquecido, a não ser num sentido negativo: toda a gente pôde convencer-se que nada de especial daí saiu. Tínhamos prometido a nós próprios criar uma "doutrina militar unitária" numa base "proletária e marxista" e, depois de termos discutido chegamos a uma conclusão anterior – rever os nossos regulamentos em função da experiência

acumulada. Estamos a revê-los – lentamente, cambaleando, porque as nossas estradas são caminhos de aldeia e numerosos são os trilhos.

Mas, espero firmemente que a revisão dos regulamentos será realmente útil; não vamos inventar uma nova doutrina militar por via de decreto; pelo contrário, vamos desembaraçar-nos de muitas coisas inúteis e formular mais claramente outras. Quanto à reunião de hoje, a utilidade de uma larga discussão consagrada às relações entre os assuntos militares e o marxismo, será, por assim dizer, mais de ordem intelectual e higiênica e permitirá eliminar certas confusões. A tarefa prática é a seguinte: aprendamos a falar mais simplesmente da cavalaria, é inútil sobrecarregar as nossas discussões sobre a aviação com uma pedante terminologia marxista, com termos sonoros, com problemas altamente significativos – que se revelam muitas vezes um envelope sem conteúdo nem essência...

Camaradas, eis as observações introdutórias que me permito fazer. No interesse do auditório, que compreende camaradas diversamente versados nos problemas filosóficos, peço encarecidamente a todos os relatores e participantes nos debates que se se exprimam da maneira mais concreta, mais precisa, mais simples e mais compreensível possível. Penso estar próximo da verdade, ao afirmar que nem todas as pessoas aqui presentes estudaram a filosofia de A a Z e é mesmo provável que alguns de nós não tenham lido nunca os mais elementares livros de filosofia. Penso que o fato de nos dirigirmos a um auditório não iniciado em filosofia apresenta mais uma vantagem: permite verificar a bagagem de cada um dos relatores, pois a terminologia filosófica é também um processo que se parece muito com o teatro... A maquilagem pode ser impressionante, mas acontece às vezes que não há nada por baixo. Aliás, esse ocultismo para augures e outros iniciados, essas tradições e métodos medievais, segundo o que eu pude observar, são ainda respeitados em numerosos artigos das nossas publicações militares. Peço-vos, pois, que se dignem exprimir mais simplesmente as suas idéias.

Permitam, camaradas, que passemos agora aos debates. Na ordem dos relatórios previstos, peço ao camarada Loukirski que apresente a sua exposição.

## **II – Encerramento**

Está esgotada a lista dos oradores. Para concluir, permitam-me dizer algumas palavras a favor de uma arte, em minha opinião maltratada, em proveito da ciência militar, que por sua vez alguns camaradas defenderam contra as nossas afrontas – que, aliás, considero imaginárias.

A última pessoa a tomar palavra, o camarada Ogorodnikov [2\*] – e alguns outros antes dele – atacou particularmente o camarada Svétchine com quem, em tempos, eu próprio polemizei: como é que um homem tão versado na ciência militar, dá de repente provas de uma tal abnegação e começa a denegrir a ciência militar, declarando que ela não é de maneira nenhuma uma ciência?

O camarada Polonsky [3N] efetuou um movimento giratório para abordar a questão. "Vejam – disse ele – o conhecimento pode ser científico ou não-científico. Se os assuntos militares são científicos, trata-se de uma ciência; se são não-científicos, não valem um caracol..." O camarada Polonsky comparou o chefe militar a um cirurgião. A comparação não é má. O cirurgião faz uma operação. E uma ação que exige um hábito, uma certa arte – e para o estudante que segue a operação – diz o camarada Polonsky – é uma ciência. Claro que não é nada assim. Também para o estudante, a operação não é uma ciência, mas uma aprendizagem. Se um pintor desenha, é arte; em redor dele, há pessoas sentadas, copiando; para essas pessoas, para os alunos, em vossa opinião, trata-se de uma ciência? Não. Um hábito não é ainda uma ciência. Era assim que se compreendia a "ciência" no tempo de Suvorov, quando se espancavam os soldados – era a "ciência de vencer".

Um dos oradores declarou: não se podem comparar os assuntos militares com a arte, porque – pretende ele – a arte tem critérios estéticos. E a arte prática? E a arte de construir pontes, de construir casas, a arte da canalização? Não esqueçamos porém, que a arte prática tem bases científicas. E evidente que, em última análise, todas as ciências vieram da prática, do artesanato, da ação – mas, depois, libertaram-se dos seus laços diretos e "grosseiros", mantendo uma importância histórica utilitária.

Ao realizar experiências químicas ou ao observar cruzamentos de espécies no laboratório, o sábio pode prosseguir um fim unicamente prático, mas pode não o prosseguir. Por outro lado, em última análise uma conclusão puramente teórica enriquece também a prática. A arte pode apoiar-se numa quantidade de ciências. Um, elabora uma ciência enquanto ciência "pura", como é costume

dizer-se, enquanto outro opera apenas com as conclusões da ciência, com finalidades práticas; um terceiro, entrevê intuitivamente, graças ao seu faro criador, aquilo de que necessita na prática. O camarada Snessarev [3\*] conseguiu, melhor do que outros, aproximar-se da essência do problema, ao propor que utilizássemos para os assuntos militares o termo de "arte aprendida" [4\*]. É evidente que se podem inventar dezenas de outros termos e não proponho a legalização do termo de Snessarev, mas, em minha opinião, o seu autor mostrou-se mais livre de preconceitos corporativos, declarando: "Não tenho medo do termo artesanato e, portanto, ainda menos medo tenho do termo arte."

Muitos camaradas examinaram o problema que nos ocupa dum ponto de vista "aristocrático", do ponto de vista do chefe militar, do comandante militar de hoje ou de amanhã- mas, se considerarmos conjuntamente os assuntos militares, todos os soldados devem ser capazes de executar a sua manobra. A manobra conhecida, que deve ser conhecida, de – cada simples soldado de infantaria é ou não uma ciência?

Vocês dizem que Q comandante deve conhecer a geografia, a história – e eu acrescentaria: não seria mau se conhecesse também a economia política – deve conhecer a história militar, pelo menos do último século. Mas o domínio militar limita-se apenas ao comandante? Não. Não esqueçamos que existe ainda o soldado, o comandante de companhia e o comandante de secção; neles, os assuntos militares permanecem no domínio da habilidade artesanal.

Se o soldado não conhece a manobra, não passa de carne-para-canhão; se a conhece, é um "artesão". Mais longe, tratá-se de uma arte, baseada nos métodos e conclusões de numerosas ciências exploradas pelo saber militar. A estatística é também obrigatória. E necessária a etnografia, bem como a história. Tudo isso são ciências. Mas a atividade militar em si mesma não é uma ciência.

E preciso diferenciar, por um lado, a ciência que estabelece a conformidade dos fenômenos às leis, as suas causas – e, por outro, a arte que se ocupa da utilidade dos processos. Não é a mesma coisa e não devemos confundir a utilidade dos processos, dos automatismos e dos métodos com a conformidade dos fenômenos objetivos, às leis. Posso elaborar um método tanto mais útil quanto melhor conheça a conformidade dos fenômenos às leis, mas, apesar de tudo, não devemos confundi-los.

Na República Soviética, o nosso método militar define-se, em última análise, pela técnica, pelas relações de classes, etc. Mas é impossível deduzir dessas justas teses marxistas as estruturas de um regimento de cavalaria! Gleb Ouspenski [2N] mostrou maravilhosamente, em "A Força da Terra", que toda a vida e todo o pensamento do camponês dependiam da posse da terra e se definiam inteiramente pelo estado dos meios de produção do camponês. O marxismo pode responder à seguinte pergunta: porque é que o mujique há de acreditar nos espíritos, enquanto usar botas de feltro? As botas de feltro definem o modo camponês de produção; por, sua vez, este último provoca uma série de fenômenos estreitamente ligados à botas de feltro – um horizonte limitado, uma dependência de escravo face à chuva, ao sol e aos outros fenômenos, naturais elementares, que, em conjunto, criam os preconceitos. O marxismo pode seguir tudo isso e explicá-lo. Mas poderá – o marxismo ensinar como se fazem botas de feltro? Não, não pode. Pode explicar porque é que o mujique usa botas de feltro – porque em sua volta há apenas floresta, a lama e a pobreza – mas não é possível coser botas de feltro segundo o método marxista! E é justamente isso que o camarada Akhov quer fazer. Impossível!

Um dos oradores protestou contra a designação de arte conferida à atividade militar, baseando-se – vejam bem! – no fato de que a atividade militar não se submetia aos cânones da beleza. Trata-se do mais puro mal-entendido. O comércio, sobretudo na rua Soukharevska, não se submete certamente a critérios estéticos e, contudo, a arte do comércio existe. O comércio tem os seus próprios métodos complexos, ligados a certas teorias pseudo-científicas: a dupla contabilidade italiana [5\*], a correspondência comercial, a geografia comercial etc. Que é o comércio: é ou não uma ciência? Marx fez do comércio uma ciência – estabelecendo as leis da sociedade capitalista, fazendo do comércio o objeto de uma pesquisa científica. Mas poder-se-á fazer comércio "segundo Marx" na rua Soukharevska? Não, é impossível. Um dos princípios mais estáveis, se não eternos, do comércio é a regra: "Não se vende sem enganar". O marxismo explica donde vem tal "princípio", como é que a dupla contabilidade italiana o substitui – a sua significação é absolutamente a mesma, mas expressa de maneira mais delicada. Mas poderá o marxismo criar uma nova contabilidade? Ou será que o marxista que quer ocupar-se a sério do comércio está dispensado da necessidade de aprender contabilidade? As tentativas de proclamar o marxismo um método válido para todas as ciências e para todas as artes escondem muitas vezes uma má-vontade persistente de não abordar novos

domínios: é efetivamente muito mais fácil ter um passaporte, ou, por outras palavras, uma chave que abra todas as fechaduras do que aprender a contabilidade, a arte militar, etc. É muito perigoso querer atribuir uma espécie de caráter absoluto ao método marxista. Marx opunha-se a esses quase-marxistas e numa das suas cartas declarou mesmo muito simplesmente: "Não sou marxista!" quando lhe apresentaram, em vez da explicação dum processo histórico, duma observação atenta e conscienciosa daquilo que se passava, um certo itinerário para a história. Com a sua teoria histórico-social, muito menos tinha a intenção de substituir todos os outros domínios do conhecimento humano. Quer isto dizer que um responsável marxista não precisa do método marxista? De modo nenhum. Seria absurdo negar a grande importância do materialismo para a disciplina do pensamento em todos os domínios. Tal como o darwinismo, o marxismo é uma escola superior do pensamento humano. Não é possível, a partir da teoria de Darwin ou da lei da seleção natural, deduzir métodos de guerra mas um responsável militar que estudou Darwin será, além de outras qualidades, mais instruído: será mais largo o seu horizonte, terá um maior espírito de oportunidade, observará aspectos da natureza e do homem que antes não via. Isto é tanto mais válido para o marxismo.

Uma observação, a propósito do que disse o camarada Akhov sobre o papel da análise histórica na explicação de tal noção ou hipótese. É absolutamente justo – o ponto de vista histórico é extremamente fecundo e a história da ciência é mais instrutiva do que toda a gnose kantiana. O homem deve polir as suas noções e os seus termos, tal como o dentista pule os seus instrumentos. Mas para isso, não tem nenhuma necessidade da gnose kantiana que toma noções fixadas de uma vez para sempre – é preciso considerar os termos do ponto de vista histórico. Mas a história dos termos, das hipóteses e das teorias não substitui a própria ciência. A física é a física e a atividade militar é a atividade militar.

Pode-se mesmo, com o maior êxito, aplicar o marxismo à história do xadrez. Graças ao marxismo, podemos estabelecer o que era a antiga nobreza do gênero Oblomov [6\*] que a preguiça impedia mesmo de jogar o xadrez; mais tarde, quando as cidades se desenvolveram, deu-se o aparecimento dos intelectuais e dos comerciantes – e veio a necessidade de exercitar o cérebro, jogando o xadrez. E agora, entre nós, são os operários que vão para os clubes jogar xadrez. Os operários jogam hoje xadrez porque derrubaram aqueles que os



oprimiam. O marxismo explica perfeitamente tudo isso. Pode seguir-se todo o desenvolvimento da luta de classes, fazendo a história da evolução do jogo de xadrez. Afirmo que é possível escrever, seguindo o método de Marx, um livro maravilhoso sobre a evolução do jogo de xadrez. No entanto, é impossível aprender a jogar o xadrez de maneira marxista. O jogo de xadrez tem as suas "leis", os seus "princípios". É verdade que li recentemente que, no tempo de Napoleão, o xadrez se baseava nas manobras – e assim continuou até meados do século XIX, para assim permanecer na época da paz armada – desde a guerra franco-prussiana até à última guerra imperialista – estritamente um jogo "de posição", ao passo que hoje parece ter-se tornado mais flexível e prestar-se às manobras. É pelo menos o que afirma um jogador americano. É possível que as condições sociais, por caminhos invisíveis, tenham penetrado até ao cérebro do jogador de xadrez, que, por sua vez, os reflete no seu estilo de jogo, sem mesmo disso se dar conta. Um psicólogo materialista encontraria, sem dúvida, neste fato um certo interesse. Mas, apesar de tudo, continua a ser impossível aprender a jogar o xadrez de maneira marxista. O marxismo não ensina como utilizar a surpresa, quando necessária para levar a melhor sobre o inatingível Makhno.

A essência da atividade militar é o conjunto das regras para vencer. Essas regras – e será isso um bem ou um mal? – estão resumidos nos nossos regulamentos. Serão estes uma ciência? Penso que é impossível qualificar de ciência os nossos regulamentos. São um conjunto de regras e processos dum artesanato ou duma arte.

Aos camaradas que desejam edificar a atividade militar pelo método marxista, eu proponha que relesem deste ponto de vista os nossos regulamentos e que indicassem claramente quais as modificações a introduzir, do ponto de vista marxista, às regras de reconhecimento, de vigilância, de preparação de artilharia ou de ataque. Gostava muito que me dissessem uma só palavra nova que fosse neste domínio, utilizando o método marxista – não "uma idéia ou alguma coisa", mas apenas uma palavra nova e prática.

Tais são os erros do jovem pensamento marxista, no plano da teoria militar. Opõem-se-lhes os erros dos acadêmicos militares metafísicos: Dizem-nos que a ciência militar descobre e formula os princípios eternos da atividade militar. Que significam esses princípios? São generalizações científicas ou instruções práticas? Em que sentido pode dizer-se que são eternos?

A guerra é uma certa forma de relações entre as pessoas. Por conseguinte, os métodos e processos da guerra dependem das qualidades anatômicas e físicas do indivíduo, da forma de organização do homem coletivo, da sua técnica, da sua situação física, cultural e histórica, etc. Assim, os métodos e processos da guerra são definidos por condições mutáveis e é por isso que em caso nenhum podem ser eternos.

No entanto, é absolutamente evidente que há, nesses métodos e processos, elementos de maior ou menor estabilidade. Por exemplo, nos métodos da cavalaria, reencontraremos os elementos comuns à época de Aníbal [7\*], ou mesmo de uma época anterior. É evidente que os métodos de aviação são de origem mais recente. Nos métodos de infantaria, podemos reencontrar elementos comuns às ações das hordas e das tribos mais primitivas que se guerreavam antes mesmo de terem domesticado o cavalo. Enfim, nas operações militares em geral, podemos igualmente encontrar os processos mais elementares que são comuns aos homens e aos animais que se batem. Escusado será dizer que, nestes casos, também estamos perante "verdades eternas", isto é, de generalizações científicas decorrentes das propriedades da matéria, mas muito simplesmente de processos mais ou menos estáveis dum artesanato ou duma arte.

O conjunto dos "princípios militares" não forma uma ciência militar, pois esta última não existe – do mesmo modo que não há uma ciência de serralharia. Há toda uma série de ciências que o comandante militar deve conhecer, para se sentir absolutamente à vontade na sua arte. Mas a ciência militar não existe, há, sim, um artesanato militar, que pode elevar-se até ao nível da arte militar.

A história científica da guerra não é a ciência militar, é uma ciência moral ou uma parte da ciência social. A história científica da guerra explica porque é que, numa época determinada, com uma organização social determinada, as pessoas se batiam de determinada maneira e porque é que tais processos levaram, nessa época, à vitória, enquanto que determinados outros processos originaram a derrota. A partir da situação geral das forças de produção, a ciência histórica da guerra deve ter em conta todos os fatores secundários, inclusive os planos e os erros do comando. Mas é absolutamente evidente que a história científica da guerra está, pela sua própria essência, eixada na explicação

do que muda e do porquê dessas mudanças, e não no estabelecimento de verdades eternas.

Que gênero de verdades pode a história fornecer-nos? O papel e a importância do crescimento das cidades na Idade Média para o desenvolvimento da atividade militar, a invenção da arma de fogo, a queda do regime feudal e a importância dessa revolução para o exército, etc.

A economia política de Marx é uma ciência indiscutível, mas não é uma ciência que ensine como dirigir a economia, ou como fazer concorrência no mercado, ou ainda como elaborar trustes. É uma ciência que explica como, em certa época, se desenvolveram certas relações econômicas (capitalistas) e quais eram as condições interiores e as leis de tais relações. As leis econômicas estabelecidas por Marx não são verdades eternas, caracterizam apenas uma época determinada da evolução econômica do mundo e, em todo o caso, não são princípios eternos – ao contrário do que pretende a escola burguesa de Manchester (NOTA: A Escola de Manchester. É a escola dos economistas ingleses do início do século XIX, ligados ao comércio internacional, que combatiam pela "livre troca" e contra o protecionismo aduaneiro (Cobden e outros) que proclama que a propriedade privada dos meios de produção, a compra e venda, a concorrência, etc. são princípios eternos da economia, decorrentes da natureza humana (que, quanto a ela, não é eterna).

Qual é o erro teórico fundamental da escola liberal de Manchester, no domínio da economia política? A escola de Manchester transforma as generalizações (leis), ao definir a prática econômica humana na época da economia mercantil, em princípios eternos que deviam, por assim dizer, presidir aos destinos da atividade econômica até ao fim dos séculos.

Escusado será dizer que os economistas de Manchester sabem muito bem que os princípios da concorrência e do comércio não existiram desde sempre, fizeram a sua aparição num determinado estágio da evolução. Mas os doutrinários de Manchester torneiam a dificuldade, tomando como ponto de partida da ciência econômica o aparecimento das relações capitalistas. Anteriormente, a humanidade estava submersa na imundície da ignorância ou da barbárie feudal, mas descobriu depois a verdade do livre comércio e tal verdade continua a ser um princípio eterno do progresso humano. Para os defensores da escola de Manchester, as suas leis econômicas têm a importância

das leis da química. Na Idade Média, a humanidade vivia sob o jugo feudal, no meio dos particularismos e preconceitos religiosos: não conhecia nem as leis da química nem as do mercado livre; descobriu mais tarde umas e outras. O seu valor objetivo e a "eternidade" destas leis não são comprometidos pelo fato de outrora não serem conhecidas.

Os doutrinários militares adotaram exatamente a mesma atitude para com as verdades militares. Transformam em verdades eternas as generalizações militares, ou melhor, os processos utilizados em determinada época. Se dantes essas verdades eternas eram ignoradas, tanto pior para aqueles que viviam na barbárie. Mas, a partir do momento em que foram descobertas, essas verdades tornaram-se, no plano militar, princípios eternos. Adotando uma escala adequada, notamos imediatamente que é absolutamente falsa esta maneira de colocar o problema. A economia da Idade Média não era, de modo algum, um produto da ignorância; possuía a sua lógica interna, decorrente da situação da técnica humana dessa época, à qual estava ligada a estrutura de classes da sociedade.

Leis muito simples que definiam as relações econômicas do feudal ou do senhor com os seus camponeses, ou do artesão com o seu mestre, são tão "legais" do ponto de vista da ciência econômica como as leis mais complexas da economia capitalista; umas e outras possuem um caráter temporário.

Os exércitos da Infantaria alemã do Século XV, os exércitos permanentes dos Séculos XVII e XVIII, o exército nacional saído da revolução francesa, correspondem a uma época determinada da evolução econômica e política e baseiam-se numa certa técnica, da qual dependem as estruturas e os métodos de ação. A História militar pode e deve determinar a interdependência social entre o exército e os métodos que ele utiliza. E, que faz a filosofia militar? Regra geral, estuda os métodos e os processos utilizados no decurso do período anterior, que considera verdades eternas finalmente descobertas pela humanidade e que devem conservar a sua importância por todos os tempos e por todos os povos. Depois, apercebemo-nos de que esses métodos ou princípios foram já utilizados numa menor escala por Aníbal e César, nas suas operações. A Idade Média transforma-se num precipício durante o qual caíram no esquecimento os princípios eternos da guerra, bem como a ciência e a filosofia antigas.

Há, todavia, uma diferença entre os erros dos defensores da escola de Manchester e os doutrinários partidários dos princípios eternos da ciência militar, que se situa ao nível da diferença existente entre as duas espécies de atividade. As relações econômicas da sociedade capitalista formaram-se, segundo Marx, nas costas das pessoas, devido à sua atividade econômica de formigas, e depois as pessoas encontram-se frente a relações de propriedade já formadas, que determinaram as relações entre os homens.

Na atividade militar, é incomparavelmente mais importante, o elemento de edificação Planificada e de vontade dirigente consciente do homem. Plano, vontade, cálculo, previsão e iniciativa, formam-se na sociedade capitalista dentro dos limites da economia individual. As leis da economia capitalista resultam das relações que existem entre as economias individuais: é por isso que elas se elaboram "nas costas" das pessoas. O exército, na sua essência, é um empreendimento governamental e, por conseguinte, plano e idéia são utilizados, neste domínio, no interior dos limites governamentais. Isto não exclui, evidentemente, uma dependência decisiva entre a atividade militar e, a economia, mas o elemento subjetivo que se encarna nós responsáveis da atividade militar, adquire uma envergadura que não pode ter no domínio econômico.

No entanto, tal diferença não pode, de modo algum, possuir um caráter incondicional ou variável. A ação do princípio "eterno" da livre concorrência levou, como é sabido, ao monopólio, à criação de poderosos trustes nacionais e mesmo internacionais. As pessoas que os dirigem têm perante si um campo de manobras estratégicas tal, que pode comparar-se ao teatro das operações militares da última grande guerra. É evidente que Rockefeller dispõe de uma extensão muito mais vasta para manifestar a sua "livre vontade" no domínio da construção econômica do que qualquer industrial ou comerciante de há 50 ou 100 anos. Mas, Rockefeller não é uma violação arbitrária das leis de Manchester; é, sim, o seu produto histórico e, ao mesmo tempo, a sua viva negação.

Do personagem de barbicha de Gogol [8\*] até ao bem barbeado Rockefeller, cada industrial ou comerciante possui as suas verdadezinhas eternas para as operações comerciais: "Não se vende sem enganar", etc. – até aos cálculos mais complicados do truste do petróleo. Será desnecessário dizer

que a contabilidade italiana não é uma ciência, mas um conjunto de automatismos artesanais. Utilizada por um gigantesco truste, pode atingir o nível de uma arte. Os processos e automatismos de direção de uma empresa industrial, os seus métodos de aprovisionamento em matérias-primas, os métodos de organização taylorista do trabalho, os métodos de cálculo de preços, etc., representam um sistema prático extremamente complexo a que podemos mesmo chamar "doutrina", porque é um conjunto de automatismos, processos, métodos e meios que permitem, da melhor maneira, pilhar o mercado. Muito evidentemente, não se trata de uma ciência. Digamos mais simplesmente que a economia política – isto é uma ciência real – estuda as relações internas da sociedade capitalista e não fornece qualquer receita para enriquecer à certa.

Cientificamente concebida, a história militar estuda as características típicas da organização do exército e da guerra, numa época determinada, em interdependência com o regime social – mas, de modo nenhum, ensina nem pode ensinar como edificar a artilharia e como garantir a vitória.

A arte militar do nosso tempo está resumida nos regulamentos. Estes, exprimem a essência da experiência passada, transformada em moeda utilizável para amanhã. É um conjunto de processos artesanais ou artísticos. E, do mesmo modo, que o conjunto dos manuais de organização das empresas industriais, de cálculo, de contabilidade e de correspondência comercial, não forma uma ciência do regime capitalista, o conjunto das instruções, das ordens e dos regulamentos militares, não podem também formar uma ciência militar.

Para nos convenceremos de quão grandes são a confusão e a contradição, no plano dos chamados princípios eternos da atividade militar (que são também as leis da ciência militar), consideremos o livro do maior chefe militar vitorioso da nossa época, o marechal Foch – "Os Princípios da Guerra". [\[9\\*\]](#)

Na sua introdução de 1905, apoiando-se nas primeiras informações sobre a guerra russo-japonesa, Foch escreve: "A ofensiva manobrista vence, finalmente todas as resistências.". Foch considerava esta idéia uma das verdades eternas da arte militar, opondo-se – diga-se de passagem – a alguns dos nossos inovadores, que vêm na estratégia ofensiva de manobra, características próprias da guerra revolucionária. Veremos mais tarde que ambos os pontos de vista são falsos: enganam-se, tanto Foch, que considera a ofensiva manobrista um princípio eterno, como os camaradas que nela descobrem um princípio

específico do Exército Vermelho. No seu prefácio à primeira edição, Foch cita com simpatia as palavras de Von der Golz [10\*] : "Se é verdade que são eternos os princípios da arte militar, os fatores de que essa arte se ocupa, com os quais temos de contar, estão submetidos a uma evolução constante". Esses princípios eternos da arte militar, no seu conjunto, formam a teoria da guerra. E precisamente a presença dessa teoria que, segundo Foch, faz da guerra uma arte. Assim, podemos afirmar que a teoria da guerra representa o conjunto dos princípios utilizados no decurso de todas as operações, cuja violação leva ao falhanço e que deverão ser utilizados em todas as guerras futuras. Assim, existem princípios ("eternos"), que se encontravam na base das operações militares da guerra de Tróia, quando os espartanos dos gregos se esconderam no interior de um cavalo de madeira, que vamos reencontrar na nossa época em que as esquadrilhas de aviões descarregam sobre as cidades milhares de toneladas de explosivos, com um poder de destruição incomparável, ou substâncias envenenadas. Que são então eles enquanto princípios?

Não se trata de leis anatômicas ou psicológicas. E evidente que, nestes planos, a mudança não é tão radical. Um Grego ou um Troiano de coração trespassado, morria como morrem os nossos soldados. O meducas tinha medo e evitava o combate. O comandante arengava os seus combatentes, etc. A base fundamental psicofisiológica e anatômica do ser humano não mudou lá muito. Inútil dizer que as leis da natureza são as mesmas. Mas, mudou radicalmente a interdependência do ser humano e da natureza. O meio artificial que o homem coletivo estabeleceu entre ele e a natureza – instrumentos, máquinas – desenvolveu-se tanto e tão bem que transformou completamente os processos de trabalho, e sua organização, bem como as relações sociais. Sem dúvida nenhuma, desde a época de Tróia, os grupos humanos (nações e classes) conservaram sempre esta aspiração a aniquilar-se, a vencerem-se e a conquistarem-se uns aos outros. O meio artificial ou a técnica humana – no sentido mais lato da palavra – transformaram a guerra, bem como todas as outras relações humanas. E verdade que já na época do cerco de Tróia, não se atingia essa finalidade apenas com unhas e dentes, mas também graças a instrumentos artificiais que o homem colocava entre ele e o adversário. Esta base mais vasta permanece imutável. Por outras palavras – a guerra é um confronto hostil entre grupos humanos, armados de instrumentos de morte e de extermínio, que tem por finalidade conseguir, graças à força física, a dominação do grupo inimigo.

Esta definição restringe a noção de guerra a limites históricos e sociais. E evidente que a indicação das principais características da guerra – em primeiro lugar, o afrontamento de grupos humanos; em segundo lugar, a utilização de instrumentos; em terceiro lugar, a finalidade que é a obtenção duma vantagem sobre o inimigo – não fornece ainda nenhum princípio da arte militar. Contudo, esta mesma definição limita já a "eternidade" da própria guerra: na época em que o homem não tinha ainda aprendido a bater-se com a estaca ou com a pedra, quando não estava ainda organizado em hordas (clãs ou tribos) – não podia, evidentemente, falar-se de guerra, porque o afrontamento, na floresta, de dois dos nossos remotos antepassados, quando se atiravam um contra o outro por causa de uma fêmea, não pode ter nada de comum com a arte militar, no sentido indicado pelos "princípios eternos". Assim, é preciso logo de princípio, reduzir a eternidade da arte militar, abrindo-lhe uma conta corrente a partir do momento em que o homem se ergueu solidamente sobre as suas patas traseiras, se armou de um pau e começou a agir coletivamente, tanto no combate como na economia, em destacamentos de estruturas ainda não solidamente estabelecidas.

Von der Goltz, e Foch depois dele, reconhecem que os fatores estudados pela arte militar mudam (pau, espingarda, espingarda automática, pistola-metralhadora, metralhadora, etc.), mas os princípios da arte permanecem – se não eternos, pelo menos invariáveis desde que a guerra existe.

Em que consistem? No prefácio à segunda edição do seu livro, Foch parece dar como princípio fundamental, a ofensiva manobrista. Na primeira lição, responde desta maneira: "Há, pois, uma teoria da guerra; no primeiro plano, ela comporta os seguintes princípios:

- Princípio da economia das forças.
- Princípio da liberdade de ação.
- Princípio da livre disposição das forças.
- Princípio da segurança, etc."



Mais adiante, para se tranquilizar a si próprio, Foch apresenta algumas citações, entre as quais estas palavras do marechal Bugeaud: "Os princípios absolutos são poucos, mas existem" [11\*].

Em que consiste, então, o primeiro desses princípios absolutos, acerca da economia das forças? Finalidades secundárias e preparatórias e, ao mesmo tempo, da guerra: aniquilar a força viva do inimigo. Mas, não se pode fazê-lo sem atacar. Para o fazer, é necessário concentrar as suas próprias forças. Mas, antes de poder atacar, é indispensável saber onde o inimigo se encontra, evitar um ataque imprevisto, assegurar as comunicações, etc. Para isso é preciso desdobrar os seus próprios regimentos (reconhecimento, vigilância, etc.). O princípio da economia de forças consiste em não retirar dos destacamentos fundamentais, mais forças do que as que o cumprimento das tarefas exige; assegurar a possibilidade de dispor desses grupos secundários, no momento decisivo, para poder efetuar um ataque concentrado. Assim, o princípio eterno da economia de forças, caracteriza apenas, segundo Foch, a estratégia da manobra. Não é, aliás, nada de surpreendente, uma vez que ele apenas aceita, no santo dos santos da arte militar, as operações ofensivas manobristas, considerando que "as teorias até agora em vigor eram falsas". Tomando como ponto de partida a ofensiva manobrista como única estratégia, Foch prediz que "no decurso da próxima guerra, as primeiras operações militares serão decisivas" (pág. 10). De acordo com esta opinião, Foch conclui "que ela (a próxima guerra) não poderá durar muito tempo e que será necessário fazê-la com uma rude energia, para atingir rapidamente a sua finalidade, sem o que ela não terá nenhum resultado" (pág. 38).

Basta, de fato, citar estas conclusões para que os princípios eternos de Foch pareçam bastante lastimáveis a nossos olhos, à luz dos acontecimentos ulteriores.

Durante a última guerra, depois das tentativas ofensivas, que muito caro lhe custaram, o exército francês passa à defesa posicional.

– os insucessos iniciais não determinaram o resultado da guerra, contrariamente às previsões de Foch;

– a guerra durou quatro anos;

– no seu conjunto, a guerra conservou sempre um caráter posicional que se estendeu às trincheiras;

– o primeiro período de campanha de manobra provou, simplesmente, a necessidade de se enterrar na terra;

– o último período de campanha, não fez mais do que confirmar o que as trincheiras já tinham provado: o esgotamento das forças de resistência da Alemanha.

Esta experiência têm, porém, um certo valor. Se, como diz Foch, as teorias que dominavam até 1883 na escola militar francesa, eram falsas, e, se a luz dos verdadeiros princípios jorrou no fim do século passado – os acontecimentos provaram, no entanto, alguns anos depois da publicação do livro, que a guerra se tinha travado em total contradição com as conclusões que Foch tinha deduzido desses princípios eternos.

Pode, evidentemente, afirmar-se que Foch se enganou, simplesmente por não ter sabido tirar as conclusões necessárias de princípios fundamentalmente justos. Mas, na realidade, se abstrairmos do princípio "eterno" da economia de forças, não resta muito de tudo isso. Na idéia de Foch – que utiliza aqui em grande parte a experiência napoleônica – é preciso, antes de tudo, encontrar o inimigo e proteger-se a si próprio, colocando à frente, atrás e no flanco, um certo número de destacamentos de defesa e de reconhecimento; em seguida, depois de determinada a principal linha de força, englobar todas as forças na unidade duma ação ofensiva fulminante. De fato, o princípio da "economia" de forças não tem nada a ver com isto. Tudo se resume ao esquema da manobra ofensiva napoleônica, ao passo que todas as considerações secundárias são submetidas ao momento da concentração para dar o golpe decisivo.

Assim, o princípio da economia das forças, consiste numa distribuição racional das forças fundamentais e dos destacamentos secundários, conservando ao mesmo tempo a possibilidade de utilizar estes últimos para aniquilar as forças vivas do inimigo. Todavia, o próprio Foch dá outra interpretação, mais concreta e particular da economia de forças, baseando-se numa discussão muito conhecida entre Bonaparte e Moreaul [\[12\\*\]](#). No seu regresso do Egito, Bonaparte explicou a Moreau como tinha assegurado a sua vantagem, apesar duma menor força numérica: lançou primeiro todas as forças

contra um flanco e utilizou, em seguida, a confusão provocada, para lançar o conjunto das suas forças contra o outro flanco. Será que isto significa que o princípio da derrota sucessiva dos flancos decorre do "teorema" (como diz Foch) da economia de forças? Evidentemente que não. Estamos aqui perante o caso particular duma operação bem sucedida que se caracteriza por uma série de elementos importantes: a força numérica, o armamento, o estado de espírito, a situação, o comando, etc. Em condições concretas, Napoleão escolheu uma das soluções possíveis para resolver o seu problema. O êxito provou que Napoleão soube utilizar as suas forças no caso particular ou, se preferirem, que as utilizou economicamente ou que utilizou o princípio da "economia de forças". E é tudo. Mas, nesta interpretação, o princípio da economia de forças é simplesmente uma outra designação do princípio da racionalidade. Este princípio aconselha: "Age de maneira refletida, sem perder forças inutilmente". É um pouco no estilo ... dos princípios de Kouzma Proutkov [13\*]. Se não percebo nada de atividade militar, este princípio não me ensinará nada de novo. Quando uma lei matemática enuncia que o quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos, com esta idéia eu vou ao encontro de todo o fenómeno adequado e posso aplicar praticamente esse teorema. Mas, se conhecer apenas o "princípio da economia de forças", que posso fazer dele? Não passa de um sinal mnemotécnico, que apenas podemos utilizar se possuímos já os conhecimentos e automatismos práticos correspondentes. A instantaneidade, a economia de forças, a liberdade de ação, a iniciativa, etc., não passam, com efeito, de sinais mnemotécnicos para aquele que é versado em assuntos militares. Os sinais distintivos da corporação dos maçons, transformaram-se em sinais franco-maçônicos. De igual modo, a experiência acumulada no domínio militar, tem um certo número de nomes simbólicos e convencionais; é isto e mais nada.

Foch prova o caráter absoluto ou eterno do princípio da "liberdade de ação" por esta citação de Xenofonte [14\*]: "A arte militar consiste na habilidade de preservar a liberdade de ação". Mas qual é o conteúdo dessa liberdade? Antes de mais, é preciso preservar a nossa liberdade de iniciativa em relação ao inimigo, isto é, não lhe dar a possibilidade de atar a nossa vontade. Dito de modo tão geral, isto é absolutamente incontestável. Mas serve também para a esgrima, o xadrez, para todo o tipo de desportos que implicam dois parceiros – e, finalmente, para os debates parlamentares ou judiciários.

Mais adiante, Foch apresenta outra interpretação deste mesmo princípio. Só o comandante-chefe conserva a sua liberdade de ação. Os outros comandantes não são livres, pois agem em função de tarefas impostas. Por conseguinte, a sua vontade é restringida não só pela situação material mas também por instruções formais. Porém, a economia de forças, ou o bom senso, ou a racionalidade – chamem-lhe o que quiserem – exigem que os limites impostos pelo alto comando aos comandos subalternos, não sejam demasiado estreitos; por outras palavras – é preciso indicar claramente a finalidade, deixando aos comandantes subalternos uma liberdade máxima na escolha dos meios para a execução da tarefa fixada. Formulado de maneira tão geral, este princípio é também totalmente incontestável. A dificuldade consiste, porém, em encontrar, ao dar a ordem, a definição da finalidade que não seja uma tutela inútil na escolha dos meios. Em si próprio, este "teorema" não oferece nenhuma solução já pronta. No melhor dos casos, contenta-se com recordar que o comandante deve encontrar uma solução qualquer para este problema.

Além disso, é absolutamente evidente que Foch dá uma dupla interpretação ao princípio da liberdade de ação: por um lado, é o grau de iniciativa militar que garante a independência indispensável em relação à vontade do inimigo; e, por outro lado, é uma liberdade de manobra suficientemente grande para o comando subalterno, dentro dos limites das finalidades e objetivos designados pelo alto comando.

Todavia, nem uma nem outra destas interpretações podem em caso nenhum ser chamadas "teorema", mesmo no sentido mais lato do termo. Em matemática, entende-se por teorema uma relação de grandezas variáveis que permanece a mesma, apesar de todas as mudanças quantitativas destas últimas; por outras palavras, quaisquer que sejam os valores aritméticos que se dê às grandezas algébricas, a igualdade permanece. Que significa, quanto a ele, o princípio da economia de forças ou da liberdade de ação? tratar-se-á realmente dum teorema que permita tirar conclusões práticas justas, utilizando valores concretos? De modo nenhum. Se tentarmos dar a este princípio uma importância realmente "absoluta", isto é, transformá-lo em "teorema", dele sai apenas vento, no gênero de: é preciso utilizar racionalmente todas as forças; é preciso conservar a iniciativa das operações; é preciso dar ordens racionais e realizáveis e, por conseguinte, não incluir nelas condições inúteis, etc. Sob esta

forma, não são já princípios militares, mas axiomas de toda a atividade humana em geral.

Na realidade, os teóricos militares dão uma interpretação mais concreta desses princípios, isto é, subentendem (abertamente ou não) regimentos, corpos e exércitos, estruturados e armados de certa maneira, agindo em função de numerosos regulamentos e instruções que resumem, por sua vez, as experiências do passado. Sob esta forma, os princípios eternos não têm, em si próprios, nada de eterno e nada têm a ver com teoremas; são apenas os sinais convencionais de certos processos, de automatismos empíricos e de experiências positivas ou negativas. De fato, nenhum teórico militar consegue sair dos limites da seguinte contradição: para provarem a eternidade dos princípios da arte militar, excluem toda a experiência histórica viva e reduzem-nos a pleonasmos, a lugares comuns, aos postulados de Euclides ou aos axiomas lógicos. Para provarem, por outro lado, a importância desses princípios no plano militar, inserem neles o conteúdo duma época determinada, duma certa etapa da evolução do exército, conseguindo assim dar-lhes o caráter útil e prático de auxiliares de memória. Não se trata de generalizações científicas, mas de diretivas práticas; não são teoremas, mas regulamentos. Não são eternos, mas temporários. A sua importância é tanto maior quanto menos absolutos são, isto é, quanto mais concreto é o seu conteúdo em função do período determinado, vivo, das particularidades de organização e da técnica deste. Não são absolutos, mas convencionais. Não têm nada a ver com a ciência, são instruções práticas para uma arte. É falsa a afirmação de Frederico II "A guerra é uma ciência para os gênios, uma arte para o homem médio e uma profissão para o ignorante". Não há nem pode haver "ciência" da guerra no sentido mais estrito da termo. Há uma arte da guerra. Aliás, uma profissão supõe uma aprendizagem e aquele que fez uma aprendizagem deixou de ser um ignorante. Seria mais justo dizer que a guerra é uma profissão para o homem médio e uma arte para o gênio. Quanto ao ignorante, é apenas a matéria-prima da guerra, a carne para canhão e de modo algum é um profissional.

Como pudemos ver, não foi feliz a tentativa de eternizar os princípios napoleônicos. Provou-o a guerra imperialista. Não podia ser de outra maneira – que mais não fosse porque as guerras da revolução e mesmo as guerras napoleônicas que dela resultaram, caracterizavam-se pela imensa vantagem moral e política do povo francês revolucionário e do seu exército, em relação a

todos os outros povos da Europa. Os Franceses, atacavam em nome duma idéia nova, ligada aos interesses vitais das massas populares. Os exércitos inimigos defendiam pouco convictamente algo de antigo. Durante a última guerra imperialista, nenhuma das duas partes era portadora dum novo princípio, encarnado por uma nova classe revolucionária. A guerra tinha, de ambos os lados, um caráter imperialista. Mas ao mesmo tempo, ameaçava em igual medida a existência das duas partes, nomeadamente da França e da Alemanha. O golpe fulminante que teria provocado a imediata desmoralização e baixa do moral no outro campo não foi nem podia ser bem sucedido, devido à grande força material e humana dos dois campos que gradualmente punham em jogo todas as suas forças e todos os seus meios. Por isso é que, contrariamente às previsões de Foch, as primeiras operações não determinaram em nada o resultado da guerra. Por isso, cada ofensiva se quebrava contra outra ofensiva e os exércitos, sustentados pelas retaguardas, se enterravam. Foi também por isso que a guerra durou tanto tempo – até ao esgotamento dos recursos materiais e morais de uma das partes. Assim, a guerra imperialista travou-se, do início ao fim, em contradição com o princípio "eterno" da manobra ofensiva, decretado por Foch. Esta circunstância é ainda sublinhada pelo fato de que Foch venceu contra os seus próprios princípios. Para o explicar, é preciso lembrar que, se os princípios de Foch jogavam contra ele, ele tinha, aliás, a seu favor os soldados ingleses e americanos e principalmente as munições, os tanques e os aviões anglo-americanos.

Podemos, é claro, pretender que o princípio da economia de forças conserva toda a sua importância na guerra de posição, pois também nesta é preciso ter uma repartição judiciosa das forças entre as unidades de primeira linha e as diferentes unidades de reserva. É absolutamente indiscutível. Mas, nesta interpretação muito geral, não resta nem um vestígio do esquema de repartição das forças com vista a uma concentração para um golpe fulminante. O princípio "eterno" dissolve-se em lugar comum. Quer a guerra seja de posição, defensiva, de manobra ou ofensiva, é sempre necessário ter uma repartição racional e econômica das forças, em função do objetivo a atingir. É absolutamente evidente que esse princípio "eterno" é tão válido para a guerra como para a indústria e o comércio. É sempre preciso utilizar economicamente as forças; por outras palavras, obter os máximos resultados com um mínimo de energia. Toda a evolução humana está baseada nesse princípio "eterno", nomeadamente a técnica: foi precisamente por isso que o homem começou a

utilizar o machado de pedra e o pau, para obter maiores resultados à custa dum menor esforço. Foi por isso que ele passou do pau à picareta e à espada, depois à espingarda e à baioneta, mais tarde ao canhão, etc. Pela mesma razão, passa hoje à charrua elétrica. O princípio eterno da guerra reduz-se, pois, ao "princípio" motor de toda a evolução humana. Quanto à interpretação concreta do princípio da economia de forças apresentada por Foch, é apenas uma tentativa mal sucedida de conferir um caráter absoluto a uma manobra napoleônica ofensiva, para dar um golpe decisivo.

Assim, pois, na medida em que é "eterno", o princípio da economia de forças nada tem de militar. E na medida em que é interpretado militarmente nada tem de eterno.

Mas porque é que se fala então com tanta insistência de princípios "eternos"? Porque, como já dissemos, na base existe o homem. As qualidades do homem mudam pouco. As suas qualidades anatômicas, fisiológicas e psicológicas, mudam muito lentamente, em comparação com as mudanças das formas sociais. A relação dos pés e das mãos do homem, bem como a estrutura da sua cabeça, são sensivelmente as mesmas na nossa época e na época de Aristóteles [15\*]. Sabemos que Marx lia, com prazer, Aristóteles. E, se fosse possível propor a Aristóteles, regressado à nossa época, a leitura dos livros de Marx, sem dúvida que ele os compreenderia perfeitamente.

A base anatômica e psicofísica do homem é, incomparavelmente, mais estável do que as formas sócias. Há dois aspectos que podemos reter, a este respeito, para o domínio militar: o princípio, individual, que se exprime por certos automatismos e processos em grande parte determinados pela natureza biológica do homem, não eterna, mas estável; o segundo, histórico-coletivo, dependente da organização social do combatente. E, justamente, este aspecto que acarreta a decisão, porque a guerra começa onde o homem socialmente organizado e armado se bate contra um outro homem socialmente organizado e armado; se não fosse assim seria um combate de animais.

O camarada Loukirsky equacionou o problema da seguinte maneira: existe, por um lado, a experiência, a observação empírica, um método imperfeito; por outro lado, existe a "razão pura" que, por dedução e por processos lógicos, tira conclusões "absolutas" e, assim, enriquece o domínio militar. Enquanto materialista estou habituado a considerar a razão como um órgão do homem

histórico, no processo da sua adaptação à natureza. Não posso opor a razão à matéria, não estou de acordo em pensar que a razão possa fazer nascer por si mesma aquilo que a experiência material previamente não criou. A nossa razão coordena e combina apenas as conclusões da nossa prática; o homem não pode extrair da "razão pura" algo de novo que não seja alimentado pela experiência. Claro que a experiência não se "acumula" mecanicamente, damos-lhe um bocado de ordem, uma ordem que corresponde à dos próprios fenômenos e que leva ao conhecimento das leis desses fenômenos. Mas, pensar que a razão pode dar arbitrariamente origem a uma conclusão que não é preparada e baseada na experiência – é absolutamente falso. E, uma vez que o é, não pode haver duas espécies de princípios – os práticos e os eternos.

Dito isto, permitam que conclua.

Já discutimos acerca da "doutrina militar"; hoje atingimos os últimos cumes filosóficos. Desçamos de novo, agora, ao estudo prático. Tínhamos pensado num Manual para o Comandante de Companhia, mas de momento não está ainda feito. O que será mais difícil escrever – teses abstratas ou um manual para o comandante de companhia? Este último é cem vezes mais difícil, mas é mil vezes mais útil. Aproveito a presença nesta reunião de muitas pessoas competentes para reiterar a minha proposta: demos as instruções gerais para o comandante de companhia, criemos o nosso pequeno livro exemplar, "A ciência de vencer". Seria uma escola maravilhosa para todos nós – expor a nossa experiência militar em regras claras e nítidas; a fim de que o comandante de companhia possa, não só lê-las com proveito, mas ainda apreendê-las.

Com os mesmos tijolos pode construir-se uma fábrica, uma casa ou um templo. É, apenas, preciso que os tijolos sejam feitos de material bom e que estejam bem cozidos. Podem-se repetir e utilizar os mesmos regulamentos, com os mesmos automatismos e os mesmos dados, para as mais diversas tarefas estratégicas e táticas: é apenas necessário que a célula fundamental – a Companhia – seja sólida e flexível. A tarefa de todas as tarefas é atualmente educar esse comandante de companhia. Educar um comandante de companhia proletário, não significa de modo algum repetir-lhe continuamente que até agora havia a tática burguesa, que doravante haverá a tática proletária. Não, esse tipo de ensino desorientá-lo-ia. Criar um comandante de companhia proletário, significa ajudar o nosso atual comandante de companhia a assimilar,



pelo menos, a soma de conhecimentos e de automatismos que hoje possui o chefe de secção dos exércitos burgueses, para os utilizar conscientemente no interesse da classe operária.

Notas:

[1\*] Discurso Pronunciado na Reunião da Associação Científica-Militar Adjunta a Academia Militar do Exército Vermelho Operário e Camponês – O estenograma deste discurso estava muito incompleto. Foi difícil retificá-lo. Encontrei nos meus velhos papéis, bastantes notas para um artigo inacabado sobre o mesmo assunto: a ciência militar, as leis eternas, o marxismo, etc. Esse artigo inacabado e inédito foi começado pouco tempo depois da reunião da Associação Científica-Militar, em que pronunciei o presente discurso. Utilizei as minhas velhas notas para substituir as passagens pouco claras do estenograma. O discurso melhorou um pouco com isso e penso que pode ser publicado sob esta forma. (voltar ao texto)

[1] Tratam-se dos artigos "A Propósito de uma Paixão Teórica" e "Acerca do Artigo de Kvanine", publicados na revista Exército Vermelho, No 12, Março de 1922. (voltar ao texto)

[2\*] Ogorodnikov – oficial que combatera na guerra contra a Polônia. Autor de "O Exército Vermelho na Guerra Contra a Polônia", A Revolução e a Guerra, Nº. 6 e 7. (voltar ao texto)

[3\*] Snessarev, – antigo oficial de cossacos, nomeado em 1918 chefe do Distrito Militar do Cáucaso do Norte, chamado a Moscovo em Julho de 1918, por incapacidade. (voltar ao texto)

[4\*] A palavra russa original obinaoutchennoie, é intraduzível em francês; a sua raiz é nauka – ciência; a junção de um sufixo e de um prefixo originou uma palavra nova. A rigidez do francês não se presta a tais experiências, bastante correntes no russo, sendo a palavra recém-criada imediatamente compreensível para todos. (Nota do tradutor francês) (voltar ao texto)

[5\*] "Dupla contabilidade italiana" – A contabilidade dupla nasceu nas empresas comerciais italianas, no Séc. XVI. Consiste em completar o extrato das entradas e saídas de valores monetários com o extrato da sua afetação, à entrada

como à saída. O simples balanço de contas é assim acompanhado dum visão de conjunto das operações às quais as contas correspondem. (voltar ao texto)

[6\*] Oblomov, Iliá Ilitch – personagem do romance de Ivan A. Goutchanov, Oblomov, símbolo da negligência prática combinada com os projetos imaginários. (voltar ao texto)

[7\*] Aníbal, (247-183 AC) – General de Cartago, combateu Roma sem tréguas. Atravessou a Espanha e os Alpes e bateu os Romanos em Cannes e Cápua, depois teve de regressar a Cartago para defendê-la contra CipiSo, que o venceu em Zama. Suicidou-se por envenenamento. (voltar ao texto)

[8\*] Gogol, Nicolau, (1809-1852) – Romancista e poeta satírico russo autor das Almas Mortas e de O Revisor, cuja influência sobre a literatura russa foi imensa. (voltar ao texto)

[9\*] "Dos princípios da Guerra". Conferências realizadas em 1900, na Escola Superior de Guerra, pelo tenente-coronel de artilharia Foch, publicado em Paris, Berger-Levrault, em 1903. A segunda edição, citada por Trotsky, é de 1905. A terceira é de 1911 e a quarta de 1917. (voltar ao texto)

[10\*] Golz, Barão Colmar Von der – General e escritor militar alemão comandou duas divisões na guerra franco-prussiana de 1870. Foi, em seguida, membro do Alto Estado-Maior. Autor de obras traduzidas em francês: La nation armée (em 1889), Rosbach et léna (em 1890), Gambetta et ses armées (em 1877). (voltar ao texto)

[11\*] Bugeaud, Thomas (1784-1849) – Tendo entrado em 1804 na Guarda Imperial, participa nas batalhas de Ulm, Austerlitz, léna, Putulsk. Foi assim, mandado para a guerra de Espanha, em 1808, como tenente. Coronel no momento da queda de Napoleão, retira-se para o Périgord e dedica-se a experiências agrícolas. Em 1831, reintegrado em diversas missões (nomeadamente de repressão anti-operária, em 1834), é nomeado em 1836 para chefiar as tropas da Argélia, onde consegue destruir as forças de Abd-el-Kader. Nomeado governador em 1841, dedicou-se à "pacificação" do país pela força e pela colonização militar. Feito marechal de França em 1847, demite-se desse posto. Em Junho de 1848, chefia em Paris a luta contra a revolta republicana e

operária. Luís-Napoleão Bonaparte nomeou-o Comandante do Exército dos Alpes. Morto, vítima da cólera, em 1848. (voltar ao texto)

[12\*] Moreau, Jean-Victor (1763-1813) – General, comandante do Exército do Reno, em 1796, e em Itália. Rival de Bonaparte, exilado, regressou da América para combater Napoleão. Morto na batalha de Dresde. (voltar ao texto)

[13\*] Proutkov, Kouzma – Personagem inventada por Alexis Constantinovitch Tolstoi (1817-1875) e dois amigos, para simbolizar o ingénuo russo. Publicaram em conjunto vários escritos sob o nome deste personagem. (voltar ao texto)

[14\*] Xenofonte – Ateniense, discípulo de Sócrates (Séc. V, AC), implicado na luta contra os Persas com Ciro e Esparta. Autor de Anábise (ou "retirada dos dez mil") depois da morte de Ciro, de Tratados de Caça e Cavalaria, bem como de uma Económica. (voltar ao texto)

[15\*] Aristóteles (384-322 AC) – Filósofo grego, aluno e depois adversário de Platão. Preceptor de Alexandre o Grande. Um dos maiores espíritos que jamais existiram, autor de muitos tratados que forneceram os alicerces do pensamento ocidental: Organon (lógica e método), Metafísica, Física, Política, Económica, Ética. (voltar ao texto)

[1N] Plekhanov (1856-1918) – passou 40 anos de sua vida no exílio, introduziu o marxismo na Rússia.

[2N] Ouspenski – (1843-1902). Escritor russo célebre por uma recolha de novelas “Os costumes da rua da desordem”. Representante do populismo em literatura.

[3N] V.P. Polonsky – diretor da editora do Exército Vermelho.